

Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964), Francisco Pereira de Farias, CRV, São Paulo. 2017, por Renato Nucci Jr., Conselho Consultivo de marxismo21 e Organização Comunista Arma da Crítica

O livro de Francisco Pereira de Farias, *Estado Burguês e Classes Dominantes no Brasil (1930-1964)*, constitui-se em importante contribuição para compreendermos o complexo movimento de consolidação do capitalismo no Brasil. Dividido em quatro capítulos, o primeiro trata de lançar as bases teóricas e metodológicas que sustentam a pesquisa e a tese defendida pelo autor, de que teria havido uma crise de hegemonia ao longo do período analisado. Já os capítulos dois, três e quatro são dedicados a analisar o caráter e a postura política, no período estudado, respectivamente das frações da burguesia industrial, do capital mercantil e da propriedade fundiária.

Em cada um destes capítulos, Farias abre-os já indicando a situação política de cada uma das respectivas frações. Tanto a burguesia industrial como o capital mercantil são apresentados como frações politicamente não-hegemônicas. A diferença entre ambas é que enquanto a burguesia industrial está em um movimento de ascensão, o capital mercantil conhece um movimento de declínio. Nem por isso a balança da hegemonia passou a pender em favor da primeira contra a segunda. Teria existido entre elas um equilíbrio de força, cujos interesses divergentes e conflitantes foram ao longo de todo esse período arbitrados pelas decisões técnico-administrativas da burocracia do Estado. Já a propriedade fundiária é caracterizada como uma fração pré-capitalista e subordinada no bloco no poder.

O estudo do caráter e da postura dessas frações leva o autor, principalmente nos capítulos dedicados a burguesia industrial e a capital mercantil, a considerar aspectos interessantes, mas na maioria das vezes ignorados nos estudos do tema. Tratam-se dos conflitos regionais e dos culturais e de como, ideologicamente, engatam-se ambos no complexo processo de luta pela hegemonia. No caso do capital mercantil é interessante a análise concreta apresentada por Farias sobre o estado do Piauí. O autor demonstra como o capital mercantil local “*impõe restrições ao parque produtivo na área periférica*” (p. 95), sugerindo que o atraso de certas regiões do Brasil pode ser considerado não como mero resultado de uma especialização produtiva gerada por fatores históricos ou naturais. O desenvolvimento, atrasado e dependente de algumas regiões do Brasil, seriam o produto de uma articulação das frações mercantis desses estados com as frações industriais dos estados mais avançados.

Do mesmo modo, quanto às contradições culturais, Farias apresenta um entrelaçamento interessante de obras consideradas marcos fundadores para a interpretação do Brasil moderno, com o comportamento político-cultural das frações regionais das classes dominantes. Um dos casos é *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Filiado às correntes defensoras da tese da vocação agrícola do Brasil, desconfiadas do projeto industrializante, elas expressavam a posição das “*forças agrário-oligárquicas*” (p. 100). Incapazes, porém, de deter completamente o movimento da industrialização, Freyre consideraria a necessidade de as mesmas serem “*incorporadas ao projeto de*

desenvolvimento, por serem a única garantia da ordem social e da unidade nacional” (p. 100). No lado oposto teríamos *Raízes do Brasil*, do paulista Sérgio Buarque de Holanda. Defensor dos valores industrializantes, o livro de Sérgio Buarque seria a expressão das forças político-sociais preocupadas com a modernização da sociedade brasileira. Sua crítica à cordialidade brasileira, lastreada naquilo que ele denominou de “complexo ibérico”, seria um entrave à modernização das relações político-sociais, cujas bases estariam na impessoalidade.

Como apontamos acima, o objetivo central da obra é de que, no período histórico em questão, a burguesia industrial, apesar de sua ascensão, teria demonstrado incapacidade política em exercer a hegemonia sobre as demais frações dominantes. Em vez da hegemonia, definida pelo autor como “*a capacidade de uma fração fazer prevalecer os seus interesses no interior do bloco no poder*” (p. 35), teríamos assistido a uma verdadeira crise de hegemonia, definida como a incapacidade de alguma fração da classe dominante “*impor sistematicamente os seus interesses às outras frações dominantes*” (p. 37). O resultado dessa crise levou a burocracia de Estado a comandar, sob muitas contradições e conflitos internos ao bloco no poder, o processo de desenvolvimento industrial. Ela teria agido como uma espécie de árbitro dos interesses das diferentes frações da classe dominante.

Queremos, neste ponto, problematizar alguns aspectos que nos parecem importantes.

Primeiramente, no capítulo 1, Farias busca definir de uma maneira que nos pareceu um tanto confusa o papel do Estado burguês. Este se concretizaria tendo o governo e o sistema de leis como seu ponto de partida, através da formação de um aparelho burocrático e administrativo como condição fundamental desse movimento. Até aí não temos divergências gritantes, pois realmente o Estado não é uma instituição abstrata. A nosso ver o problema é que Farias, para legitimar teoricamente o papel de árbitro da burocracia do Estado no processo concreto do desenvolvimento capitalista no Brasil, conclui que “*O governo possui então um duplo papel: de um lado, buscar o bem comum da coletividade (trata-se do governo em geral); e, de outro, promover as aspirações da classe do capital (temos o governo do Estado burguês)*” (p. 19). O marxismo compreende o Estado como um órgão que realmente procura, no plano político e ideológico, colocar-se acima das classes. Todavia, trata-se o Estado de um órgão que condensa a força política da classe dominante através de diversos aparelhos: políticos, econômicos, ideológicos, jurídicos, repressivos e culturais. A princípio está fora de cogitação a ambiguidade proposta pelo autor. O bem da coletividade que o Estado almeja, é a coletividade pensada de acordo as aspirações da classe dominante. Se no capitalismo o Estado burguês, através de medidas que protegem as massas trabalhadoras, atenua os ímpetus agressivos do capital, isso se deve à luta de classe e não ao seu “duplo papel”.

A tese do “duplo papel do governo” representa, a nosso ver, o ponto fundamental que sustenta a tese da crise de hegemonia. Farias analisa a posição assumida pela burguesia industrial em temas como a sua relação com o imperialismo e com as classes

trabalhadoras. O autor aponta, corretamente, que a posição da burguesia industrial é a de ser uma burguesia interna, no sentido proposto por Poulantzas. Ela não assume a postura de uma burguesia nacional, pois não travou uma luta antiimperialista e tampouco se propôs a formar alianças com as massas populares. Isso seria uma demonstração da sua incapacidade em agir como fração hegemônica. Divergindo das posições assumidas pela burocracia do Estado, a burguesia industrial opunha-se, por exemplo, ao monopólio estatal na exploração de petróleo e no setor de energia. Ao mesmo tempo protestou contra a Instrução 113 da Sumoc, considerada como lesiva aos seus interesses, pois ao mesmo tempo em que não recusava por princípio a presença do capital estrangeiro no país, uma advogava uma política protecionista. E no caso da aplicação da CLT, a burguesia industrial opôs-se às medidas de proteção dos trabalhadores, defendendo a livre negociação, já naquela época, entre patrões e empregados. Para o autor, estes seriam alguns sinais de uma incapacidade de a burguesia industrial exercer sua hegemonia frente às outras frações dominantes e frente ao próprio povo. Um sintoma dessa incapacidade estaria na sua falta de *“força suficiente para se contrapor à orientação nacionalista do padrão de política externa estatal, nem pôde impedir os enclaves de políticas ‘entreguistas’”* (p. 61).

Uma das características apontadas por Poulantzas para definir a burguesia interna, seria a de que esta mantém uma relação contraditória, ou no mínimo ambígua, com o imperialismo. Ela não faz uma oposição total, mas tampouco mantém de maneira permanente uma postura associada e submissa frente ao mesmo. Desse modo, se a burguesia industrial brasileira age como uma burguesia interna, o que concordamos inteiramente com Farias, em que medida essa postura, longe de demonstrar uma incapacidade em agir como força política hegemônica, não estaria a levá-la a agir justamente de acordo com tais características? Além do mais o próprio autor, a partir de inúmeros dados apresentados ao longo da obra, indica um crescimento acelerado das atividades industriais e urbanas. Esses dados não seriam suficientes para provar que durante o período analisado não houve uma crise de hegemonia, mas, ao contrário, burguesia industrial demonstrou capacidade de se colocar como força hegemônica?

Como já indicamos acima, de acordo com Farias uma medida importante da crise de hegemonia estaria no *“papel adquirido pela burocracia do Estado no processo de industrialização capitalista (...) [que] exprime uma situação de ausência de hegemonia no interior da classe capitalista”* (p. 150). É irrefutável o papel do Estado em países de desenvolvimento capitalista hiper-tardio como o Brasil, no sentido de acelerá-lo pelo planejamento e mesmo por meio de investimentos diretos na atividade produtiva. Só mesmo o Estado, por condensar a força econômica e política do capital, além de seu papel ideológico de representante da vontade geral do povo-Nação, teria as condições de dirigir um processo acelerado de desenvolvimento capitalista e recuperar, em poucos anos, o atraso econômico de décadas. Sendo assim, talvez não seja mais correto considerar que o papel político da burocracia do Estado na condução do processo de desenvolvimento, longe de significar uma crise de hegemonia, não estaria expressando

justamente o exercício da hegemonia da burguesia industrial? Em outras palavras, a burocracia do Estado, imbuída ideologicamente de um projeto de modernização econômica identificado com a industrialização, tendo de implementar esse projeto em um ritmo alucinante, poderia ser considerada como o “partido da burguesia”.

Logicamente que ao depositar na burocracia do Estado a condução política do processo de desenvolvimento industrial, este foi atravessado pelas visões particulares dessa categoria social. Como Farias aponta corretamente, o cunho centralizador do desenvolvimento capitalista brasileira derivada “*disciplina hierárquica dos militares [e] os predispõe à visão centralizadora do processo político*” (p. 145). E a defesa do território nacional, como ideologia unificadora da categoria militar, requereu a formação de uma indústria nacional de armamentos e o controle sobre as reservas de combustíveis. Ora, se o projeto industrialista foi assumido como o ideário do grupo militar, como considerar que a burguesia não exerceu a hegemonia no período estudado, se ela foi a sua grande beneficiária? Assim, é de se questionar a existência de uma “política bonapartista” em referido período, como sugere Farias, sendo mais correto apontar para uma política de interesse da burguesia industrial, porém, mediada e matizada pela burocracia do Estado, especialmente pelo grupo militar.

Claro que essa industrialização, por seu caráter hiper-tardio em um país atrasado e periférico na ordem imperialista, assumiria características muito peculiares condizentes com a nossa realidade nacional. É preciso considerar, primeiramente, que no Brasil conhecemos uma transformação burguesa do Estado, mas que não foi acompanhada por uma revolução burguesa de tipo clássico, com a derrota e supressão das classes dominantes pré-capitalistas. Expliquemos.

Lênin, ao tratar da política do Partido Operário Social Democrata Russo para a questão agrária em seu país, no começo do século XX, faz uma análise sobre as formas de evolução de países com grande peso agrário em direção ao capitalismo. A nosso ver, suas conclusões podem ser aplicadas a outras realidades nacionais, permitindo traçar uma característica comum às formas concretas assumidas pelo desenvolvimento capitalista. O grande revolucionário russo identifica basicamente dois caminhos. Um primeiro seria o que ele denomina de “caminho do tipo prussiano”, em que “*a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa*” (p. 30). Resulta dessa evolução “*a manutenção, ao extremo, da sujeição e da servidão (adaptada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo; implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses e, por conseguinte, do proletariado*” (p. 34). O outro seria o “caminho do tipo norte-americano”, em que “*ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução que confisca e fragmenta as propriedades feudais*” (p. 30). Resulta dessa evolução “*um rápido desenvolvimento das forças produtivas e melhores condições de existência para a massa camponesa (melhores, dentro do possível, sob a produção mercantil)*” (p. 34).

No Brasil conhecemos justamente um “caminho de tipo prussiano” para o desenvolvimento capitalista da agricultura. Porém, com a ressalva de que por aqui nunca houve feudalismo. Gorender aponta que a constituição do capitalismo é precedida de uma fase de acumulação originária (ou primitiva), realizada ainda por mecanismos essencialmente não-capitalistas. E no caso do Brasil, esta não se fez no bojo de relações feudais, mas no âmbito do *escravismo colonial*. Mesmo com a abolição do escravismo, “a agricultura brasileira não se tornou capitalista em seguida à extinção do trabalho escravo” (p. 25). Ainda imperou na produção agrícola relações pré-capitalistas, definidas por Gorender como “*formas camponesas dependentes*”, que se estendeu por várias décadas do século XX.

As conseqüências político-sociais desse “caminho de tipo prussiano” são, para Otávio Guilherme Velho, amplas, pois, “*Em países que não passam pela experiência de uma revolução burguesa, a mudança e a permanência tendem a se combinar de formas bastante complexas*” (p. 120). Em sociedades que conheceram um caminho não-clássico de evolução ao capitalismo, “o ‘passado’ não é destruído, mas transformado” (p. 126). Este foi o caso justamente do Brasil. Nosso processo *sui generis* de constituição e expansão do capitalismo, ao seguir um caminho em que não foi destruído o latifúndio, resultou numa adaptação de suas formas brutais e espoliativas de exploração, ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

A razão para isso, de acordo com Francisco de Oliveira, deve-se ao fato de o processo de acumulação, por ter de partir de uma base de acumulação relativamente estreita, requereu a manutenção de relações arcaicas principalmente no campo. Com isso, produziam-se os excedentes capazes de garantir um nível de acumulação que propiciasse o desenvolvimento industrial. No caso brasileiro, a acumulação primitiva foi mantida e acentuada, ocorrendo concomitantemente ao processo de industrialização. A própria expansão do terciário urbano no Brasil resultaria na opinião de Oliveira, de uma expansão industrial que ao ser feita sob a ausência de uma vigorosa acumulação capitalista prévia capaz de criar uma ampla rede de serviços. Reproduziu-se nas cidades “*um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização*” (p. 32). Aproveitando a abundante oferta de trabalho barato e desqualificado, expulsaram-se para fora das unidades custos internos relativos a serviços de reparo e de comércio, potencializando assim a acumulação de capital no setor moderno e favorecendo a concentração da renda. Desse modo, “*a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo*” (p. 36).

A partir da Revolução de 1930, dá-se uma redefinição do papel do latifúndio e das velhas oligarquias rurais. Estas passam a ter de produzir alimentos baratos com o fito de rebaixar o valor da força de trabalho na cidade; produzir matéria-prima barata para o desenvolvimento industrial; servir de reservatório de força de trabalho com o qual se produziu um exército industrial de reserva que rebaixou os salários; além de gerar pelas exportações as reservas cambiais necessárias para garantir as importações do setor industrial. O latifúndio, por esse motivo, não é excluído completamente da estrutura de

poder, mas fica subordinado ao desenvolvimento do setor urbano-industrial. Theotônio dos Santos aponta que no período mais clássico da industrialização latino-americana, com a política de substituição de importações, esta dependia fortemente das divisas obtidas com as exportações agrícolas, produzindo-se o que ele define como uma *articulação estrutural* entre os setores agro-exportador e o setor industrial, motivo para se manter intocado o latifúndio.

Que prova maior podemos ter de uma hegemonia da burguesia industrial, afastando a hipótese da crise de hegemonia? Obviamente que ao manter intacta a estrutura agrária, garantindo às oligarquias rurais sua presença ainda que subordinada no condomínio do poder, disputas internas ao bloco dominante ocorreram, como o próprio Farias corretamente demonstrou. Porém, tais disputas se davam no bojo de um projeto que visava, acima de tudo, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. E esse processo tem de ser pensado pelos seus resultados em longo prazo, pois mesmo com recuos e permeados de conflitos e contradições, o sentido geral do processo político-social se orientou por medidas industrializantes. Com a ditadura militar se produziu a consolidação do capitalismo e a expansão do setor industrial. Inclusive uma maior intervenção do Estado no desenvolvimento da economia e uma ampliação no número de empresas estatais, o que demonstra que a estatização não é necessariamente um sinônimo de posições nacionalistas, como Farias sugere no último parágrafo da página 147. Gorender revela que em 1976, 60% das empresas estatais foram fundadas após 1966, quando a ditadura assumia traços abertamente fascistas e estava fortemente alinhada com a política externa norte-americana. Parece-nos, portanto, que a burguesia industrial não se mostrou incapaz de praticar o exercício da hegemonia, ainda que não de forma direta por intermédio de seus representantes, mas mediada pela burocracia do Estado, escorada principalmente no setor militar.

O nosso processo de desenvolvimento do capitalismo foi marcado, portanto, por várias peculiaridades. O comando político coube à burocracia do Estado. O latifúndio e uma estrutura fundiária hiper-concentrada foram conservados, mas conhecendo certo nível de modernização. O proletariado urbano foi incorporado a esse processo pelo pacto de classe populista, que atendia suas reivindicações mínimas, ao mesmo tempo em que regulava sua entrada na cena política. Os trabalhadores rurais ficaram de fora da CLT, pois os capitais obtidos com a exportação dependiam de uma acentuada exploração dos mesmos. Assim, os fundamentos do capitalismo brasileiro, apoiados em estruturas espoliativas, autoritárias e excludentes típicas da formação histórico-social brasileira foram mantidos e aprofundados. Configurou-se um capitalismo em que a burguesia manteve um traço histórico característico da classe dominante brasileira, desde o período colonial: a de manter uma relação profundamente predatória com o espaço nacional. Em um cenário como este, os conflitos entre as diferentes frações da classe dominante e destas com as massas trabalhadoras pela repartição da mais-valia seriam inevitáveis. Mas isso não permite concluir pela existência de uma crise de hegemonia, pois o exercício desta não exclui ou anula as contradições e conflitos. E como repetimos acima, importa considerar o sentido geral do processo.

Como bem indica Fernando Motta, nossa industrialização não se passou em um cenário de confronto entre modos de produção distintos, poisas estruturas pré-capitalistas como temos insistido, por sua capacidade em gerar grandes excedentes devido às suas altas taxas de exploração, não levaram a burguesia a adotar *“um comportamento agressivo”* (p. 104). Para ela não se colocava a necessidade de uma ruptura com a ordem pré-capitalista representada pelo latifúndio. Este servia como espaço de uma acumulação primitiva ocorrida simultaneamente ao desenvolvimento industrial.

Outro motivo para não se romper com o latifúndio está no fato de a própria revolução de 1930 ter sido encabeçada por frações das oligarquias rurais excluídas do arranjo político da República Velha. Além do mais, essas frações oligárquicas periféricas estavam, em alguns casos, vinculadas à produção agrícola voltada ao mercado interno. Desse modo, a burguesia, antes, utilizou as estruturas pré-capitalistas sem precisar confrontar as elites agrárias, construindo seu projeto hegemônico sem muitas vezes parecer que o fazia. E conclui Motta de uma forma que nos parece correta: *“Quanto a imaginar que uma classe ascendente não tenha um projeto hegemônico é ignorar a própria natureza da luta de classes. O projeto pode não ser claro e geralmente não o é, pode ser aleatório e geralmente o é, mas isto não implica a sua inexistência, a menos que o pensemos em termos de planejamento estratégico formal”* (p. 106).

Essa ação do empresariado industrial no sentido de criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro é bem saliente na obra de Eli Diniz e Renato Raul Boschi, *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Apesar de negarem à burguesia industrial um papel hegemônico, os mesmos concluem que nem por isso a burguesia deixa de exercer representativa influência nas orientações de política econômica tomadas pela burocracia do Estado. Os autores são críticos da tese de que o peso dos fatores externos teria sido determinante no movimento de industrialização, muito menos admitem que o sistema econômico teria respondido com automatismo às dificuldades de importação. Diniz e Boschi ressaltam a ação deliberada dos agentes político-sociais ligados ao empresariado industrial como determinantes nas decisões tomadas. Desse modo, a Revolução de 1930, mesmo não alterando na opinião dos autores certas estruturas tradicionais como o latifúndio e o conseqüente poder das oligarquias rurais, imprimiram na ação da burocracia do Estado e na ideologia das classes dominantes, o *“predomínio de uma linha identificada com a necessidade de mudança da estrutura produtiva do país”* (p. 54).

Os autores ainda apontam que já na década de 1930, um núcleo relativamente dinâmico e poderoso da burguesia industrial possuía uma visão ideológica e política muito clara do desenvolvimento capitalista no Brasil. Defendia uma ordem autoritária como forma de expandir o capitalismo. Pregava uma associação com o capital estrangeiro e não um nacionalismo clássico. Defendiam a integração econômica do país com a ampliação do seu mercado interno. Defendiam a atuação e intervenção do Estado, mas para regular a economia tendo em vista o objetivo do desenvolvimento industrial privado. E a atuação estatal direta no âmbito da produção era *“encarado com visível desconfiança e como algo admissível apenas em caráter excepcional e, portanto, transitório”* (p. 74). Como

a história bem demonstrou, a ditadura militar consolidou um projeto de desenvolvimento cujos traços básicos já haviam sido desenhados pelos setores de vanguarda da burguesia industrial. Ainda que apoiada no setor militar como seu braço político (armado) e não em uma força política diretamente vinculada a ele, não estaria aqui mais uma prova do papel hegemônico exercido pela burguesia industrial?

Apesar de aparentemente se tratar de um tema histórico que muitos julgam já coberto pela poeira do tempo, compreender o caráter do desenvolvimento do capitalismo brasileiro é de fundamental importância para a análise da dramática situação atual do país. Como apontamos acima, a classe dominante brasileira mantém uma relação profundamente predatória com o espaço nacional. Essa não é uma condição atávica, determinada por fatores culturais ou biológicos, mas resultado de um processo histórico-social, cujo modo peculiar de transição ao capitalismo lhe transferiu aspectos essenciais. Resultou, portanto, de uma intensa luta de classe. Seja na forma da “articulação estrutural”, como proposta por Theotônio dos Santos, seja na “fórmula de compromisso”, proposta por Diniz e Boschi, o fato é que as massas trabalhadoras do campo e da cidade, ao ganharem autonomia político-organizativa no período entre final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, impõem um rompimento com o pacto populista, cuja morte é decretada pelo golpe de 1964. Incapaz de suportar a mobilização autônoma das massas trabalhadoras, num contexto internacional marcado pela confrontação ideológica, a classe dominante em seu conjunto, mas a burguesia industrial em particular, articula o golpe com a casta militar da burocracia do Estado e impõem, sem as mediações próprias do populismo, o *seu* processo de desenvolvimento capitalista. Consolidam, portanto, um capitalismo que carrega em seu DNA os traços históricos mais característicos da formação social brasileira: a relação predatória com o espaço nacional, a exploração em bases espoliativas da força de trabalho e sua conseqüente exclusão do acesso em patamares minimamente dignos da riqueza socialmente produzida.

Desse modo, o debate proposto pelo livro de Francisco Farias, mesmo que aqui tenhamos exposto nossa divergência em relação ao seu aspecto central, o de que teria havido uma crise de hegemonia no período entre 1945-1964, é uma ferramenta importante para as massas trabalhadoras compreenderem nossa história e, assim, trilharem um caminho que as emancipem da dominação e exploração da burguesia.

Campinas, novembro de 2017.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1978.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. Coleção Tudo é História, Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.

GORENDER, Jacob. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. Série Revisão nº 27, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1987.

LÊNIN, Vladimir. O Programa Agrário. Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

MOTTA, Fernando. Empresários e Hegemonia Política. Brasiliense, São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Vozes, Petrópolis, 1988.

SANTOS, Theotônio dos. Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

VELHO, Otávio Guilherme, Capitalismo Autoritário e Campesinato. Difel, Rio de Janeiro, 1979.